

INCLUSÃO DO CAPITAL NATURAL NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE REGULAMENTAÇÕES E SUA ADOÇÃO

Autora: Patrícia Lagranha do Amaral

Orientador: Prof. Dr. Feni Dalano Roosevelt Agostinho

Nas últimas décadas, a problemática da escassez dos recursos naturais comum à sociedade, também conhecida como “tragédia dos comuns”, vem aquecendo as discussões sobre um futuro sustentável. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de preservar os estoques de capital natural que proveem os recursos naturais necessários para os sistemas produtivos. Para tal, uma potencial alternativa seria a inclusão do capital natural nos demonstrativos contábeis das empresas, porém, devem-se respeitar as regras contábeis estabelecidas sobre o que pode e onde deve ser contabilizado determinado recurso. Este trabalho objetiva promover uma discussão sobre as possibilidades de quantificação e inserção do capital natural nos demonstrativos contábeis das empresas. Especificamente, empresas do setor de água e energia elétrica, que possuem contratos de concessão, são consideradas como estudo de caso para iniciar uma discussão crítica. Os desafios para adoção dos padrões contábeis internacionais do IFRS são apresentados e discutidos, considerando as possibilidades legais de incluir o capital natural. Percebe-se que, mesmo órgãos reguladores internacionais reconhecendo a importância de contabilizar o capital natural para melhor manejá-lo e preservá-lo para sustentar os sistemas produtivos, merecem ainda maiores estudos, discussões e certos cuidados para se permitir tal inclusão. Podem-se perceber avanços e possibilidades, mas o complexo e padronizado sistema contábil deveria ser foco de ações urgentes, no sentido de permitir a inclusão do capital natural nos demonstrativos contábeis.

Apoio PROSUP-CAPES

